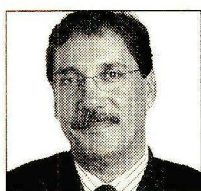


SPLIT
invista
no seu
conforto



POLAR
CONDICIONADO
3515-6800
www.polarar.com.br
Financiamento em até 24X

MERVAL PEREIRA



Suicídio coletivo

• No ambiente supostamente secreto da sessão que ontem absolveu o presidente do Senado, Renan Calheiros, pensando-se a salvo dos olhos e ouvidos da opinião pública, os senadores petistas Ideli Salvatti e Aloizio Mercadante subitamente ganharam uma desenvoltura que a primeira havia perdido em meio ao processo, quando a cada dia ficava mais evidente a culpa de Renan, e que o segundo nunca teve à luz do dia. Os dois foram os mais ativos defensores da absolvição do aliado, com uma argumentação tão politizada quanto falaciosa: insistiam com os senadores petistas tendentes à cassação que a derrota de Renan Calheiros seria uma vitória da oposição, que queria assumir a presidência do Senado.

Na véspera, uma contabilização não oficial indicava que havia na bancada petista seis senadores a favor da absolvição e outros tantos pela cassação do presidente do Senado. Coincidentemente, seis abstenções salvaram Calheiros da forca, seis senadores covardes que, ao que tudo indica, dobraram-se à pressão da direção partidária e fugiram de uma definição, acabando por revelar a fraqueza da liderança carcomida de Renan Calheiros.

Para confirmar que os seis votos acovardados vieram de uma orientação partidária petista, o próprio senador Aloizio Mercadante teve a coragem de anunciar publicamente que foi um dos seis que se absteram.

Ecoando os argumentos que o governo estimula, Renan atribuiu genericamente à "mídia" uma campanha contra si, enquanto o senador Almeida Lima disse que a disputa era entre o Senado e a mídia, que classificou de "abjeta, desqualificada, torpe e impudica".

Foi a mesma argumentação utilizada pelos envolvidos no mensalão. O então deputado Roberto Brant exortou seus companheiros a não temer a opinião pública, pois ela só representava uma elite, minoritária diante do vasto eleitorado brasileiro que apóia o governo. Foi absolvido, assim como todos os demais envolvidos no mensalão.

Ontem, o senador Almeida Lima advertiu seus pares para não transformarem o Senado em um poder "covarde, amedrontado, acorçado diante de uma imprensa nacional que quer nos substituir".

Ninguém foi capaz de comemorar vitória tão simbólica da falta de ética que predomina na política brasileira, a não ser senadores cuja existência é por si só o exemplo da decadência do Senado como instituição, como os Almeida Lima ou os Wellington Salgado da vida.

O resultado tão claramente desmoralizante de um dos poderes da República gerou clima de conspiração envolvendo Brasília. Diante de uma vitória que evidenciava que Renan já não tem mais nem mesmo a maioria simples do plenário a seu favor, quanto mais condições morais para dirigir o Senado, é preciso perguntar, como nos romances policiais: a quem interessa a desmoralização do Senado?

O senador Cristovam Buarque dizia com todas as letras que interessava ao governo ter um Senado enfraquecido diante da opinião

pública, para que o Executivo, e em especial o presidente Lula, se apresentassem como as reservas morais do país. Especialmente Lula, sempre longe — desta vez literalmente, nos países nórdicos — das falcaturas e traças políticas em que sua base aliada está envolvida.

Há quem leve ao paroxismo a desconfiança, lembrando que desmoralizar o Senado interessa institucionalmente ao PT que, no seu 3º Congresso, defendeu o fim do Senado Federal. A luta pela sessão secreta, onde seus líderes cabalaram votos a favor de Renan como nunca fizeram à luz do dia, e o protesto preventivo da senadora Ideli Salvatti, querendo diluir entre todos os partidos a responsabilidade da decisão final, seriam parte desse plano tão secreto quanto secreta foi a sessão que acabou de vez com a credibilidade da Casa.

Esse raciocínio político, embora possa ter um fundo de verdade, não expressa a realidade, ou pelo menos não a sua totalidade. Absolvido Renan, o governo e o PT, embora continuem tendo uma direção subserviente no Congresso, terão também uma presidência que manterá com o Executivo relação necessariamente ambígua, de gratidão, mas, ao mesmo tempo, capaz de chantagens mais ou menos explícitas, dependendo da situação.

A falta de capacidade de Renan Calheiros de reatar os contatos com seus pares para reconstruir um ambiente propício ao andamento normal dos trabalhos do Senado ficará evidente nos próximos dias, quando os governistas tentarão chegar a um diálogo com a parte do Senado que votou pela cassação de Renan.

A pressão para que os novos processos sejam acelerados dentro da Comissão de Ética será aumentada, tal era o sentimento de frustração dos senadores, que se viram derrotados por um presidente que, além de continuar sob suspeita, até a votação final se utilizou da ameaça indireta para tentar neutralizar seus adversários.

Sob o comando do reverendo norte-americano Jim Jones, 914 seguidores da seita Templo do Povo foram forçados, em novembro de 1978, a beber uma mistura de suco de laranja, cianureto e analgésicos, no maior suicídio em massa de que se tem notícia até hoje.

Ontem, qual Jim Jones redivivo, o senador Renan Calheiros levou 81 senadores ao suicídio coletivo numa reunião secreta em Brasília.

DIA D NO SENADO: 'O silêncio covarde foi o grande vitorioso', diz Chico Alencar

Ideli disse não haver prova e chegou a pedir 'ajuda divina' para 'escolha certa'

Apesar do placar, só quatro discursaram para pedir abertamente a absolvição

Alan Gripp

• BRASÍLIA. No silêncio dos bastidores, Renan Calheiros (PMDB-AL) conquistou os votos e abstenções decisivas para que ele escapasse da guilhotina. A estratégia bem sucedida ficou evidente ao longo da sessão secreta em que 19 senadores se inscreveram para discursar. Desse, 15 se declararam abertamente pela cassação e apenas quatro, contra. Outros quatro senadores desistiram de falar em cima da hora. Entre eles, o petista Aloizio Mercadante (SP), que, ao fim da sessão, admitiu ser o dono de uma das abstenções.

— O resultado foi desproporcional às manifestações públicas. O silêncio covarde foi o grande vitorioso — resumi o deputado Chico Alencar, que assistiu à sessão graças a uma liminar do Supremo Tribunal Federal (STF).

"Só posso pedir luz", discursou Ideli

A reunião que absolveu Renan durou pouco mais de cinco horas e teve casa cheia: todos os 81 senadores compareceram. De acordo com a avaliação dos presentes, apenas os senadores Francisco Dornelles (PP-RJ), Almeida Lima (PMDB-SE), Ideli Salvatti (PT-SC) e Sibá Machado (PT-AC) discursaram a favor da absolvição. Uns mais enfáticos, outros menos.

— Onde está a prova de que a Mendes Júnior (construtora cujo lobista Cláudio Gontijo pagava a pensão da filha de Renan) pagou a pensão? O Conselho não investigou isso? — perguntou Ideli Salvatti, antes de terminar pedindo uma ajuda divina para que o plenário fizesse a escolha certa: — Só posso pedir luz.

Além de Mercadante, desistiram de discursar três dos principais aliados de Renan: o ex-presidente José Sarney (PMDB-AP) e os líderes do PMDB, Valdir Raupp (RO), e do governo, Romero Jucá (RR). Eles retiraram suas inscrições depois de já selado o acordo que salvou o mandato do presidente do Senado.

A sessão começou às 12h08m com os relatores Marisa Serrano (PSDB-MS) e Renato Casagrande (PSB-ES) lendo o relatório em favor da cassação. Almeida Lima (PMDB-SE), o terceiro relator, saiu em defesa de Renan ataca-



Roberto Stuckert Filho

TIÃO VIANA, que comandou sessão que absolveu Renan: houve 15 discursos pela cassação e quatro contra

Muito silêncio por nada

Parlamentares narraram sessão à imprensa

• BRASÍLIA. O Senado pagou o alto preço de fazer uma sessão secreta para o julgamento de Renan Calheiros (PMDB-AL), por nada. As varreduras para retirar computadores, gravadores e até o sistema de som e microfones, não garantiram o sigilo dos debates e do comportamento dos senadores na sessão. Quase que em tempo real, as informações sobre os discursos de acusação e defesa, pronunciamentos e declarações de votos a favor e contra a absolvição chegavam ao lado de fora do plenário e nos sites on line, via celular e até por entrevistas de parlamentares, que saíam a todo momento do plenário.

Deputados e senadores acabaram se transformando em repórteres. Prestaram atenção nos discursos, anotaram trechos mais importantes. Entraram para a sessão munidos de celular e bloquinhos para não deixar passar nada sem registro. No meio da sessão, por exemplo, já se sabia que a líder do PT, Ideli Salvatti (SC), fizera um discurso indicando que votaria contra a cassação. Cristovam Buarque (PDT-DF) primeiro pediu ao presidente Tião Vianna (PT-AC), que gravasse a sessão para constar dos registros históricos. Com a negativa, se rebelou e avisou que ficaria com o celular ligado:

— O povo tem direito à informação. No que depender de mim, pelo menos ficará sabendo de tudo e na hora. Depois, se quiserem me cassar, que cassem. Nesse caso eu sequer me defenderei. E espero ser julgado em sessão aberta — disse Cristovam ao blog do jornalista Ricardo Noblat.

Entre os 13 deputados que estavam em plenário, Ivan Valente (PSOL-SP), a cada hora, aparecia e narrava aos jornalistas o que estava acontecendo.

cando a imprensa:

— Qual é o Senado que queremos? Um Senado covarde, amedrontado diante de uma imprensa que quer nos substituir? — perguntou, repetindo o mesmo tom e expressões que seriam usadas no fim do debate por Renan.

Sem a ajuda dos microfones, que foram desligados para dificultar vazamentos, Lima interrompeu seu discurso num determinado momento para pedir água, sendo socorrido pelo próprio Renan e os principais

aliados de momento: Wellington Salgado (PMDB-MG) e Gilvam Borges (PMDB-AP).

Embora tenha discursado pela cassação de Renan, o tucano Arthur Virgílio (AM) foi muito cuidadoso.

— É com muito pesar que entre a brilhante carreira do senador Renan e a instituição, o PSDB fica com ela (a instituição) — disse o tucano.

Gabeira é repreendido ao comer quibe no intervalo

O clima de hostilidade entre os governistas e renanzistas com os deputados que assistiam à sessão, graças a liminar do Supremo, também foi notado. Quando a sessão foi interrompida por 15 minutos para um lanche, o deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) se servia de um quibe, quando foi interpelado por Ideli Salvatti:

— A liminar do STF permite apenas que vocês assistam a sessão, a comer não!

Quando o resultado foi proclamado, Renan e seus aliados evitaram comemorações ostensivas. Ele cumprimentou um a um os senadores, dedicando mais tempo àqueles que garantiram sua sobrevivência.

A sessão secreta, que durou mais de cinco horas, não entrará para os anais (registros oficiais) da Casa. Não foi gravada nem taquigrafada. ■

COLABORARAM Adriana Vasconcelos e Maria Lima